

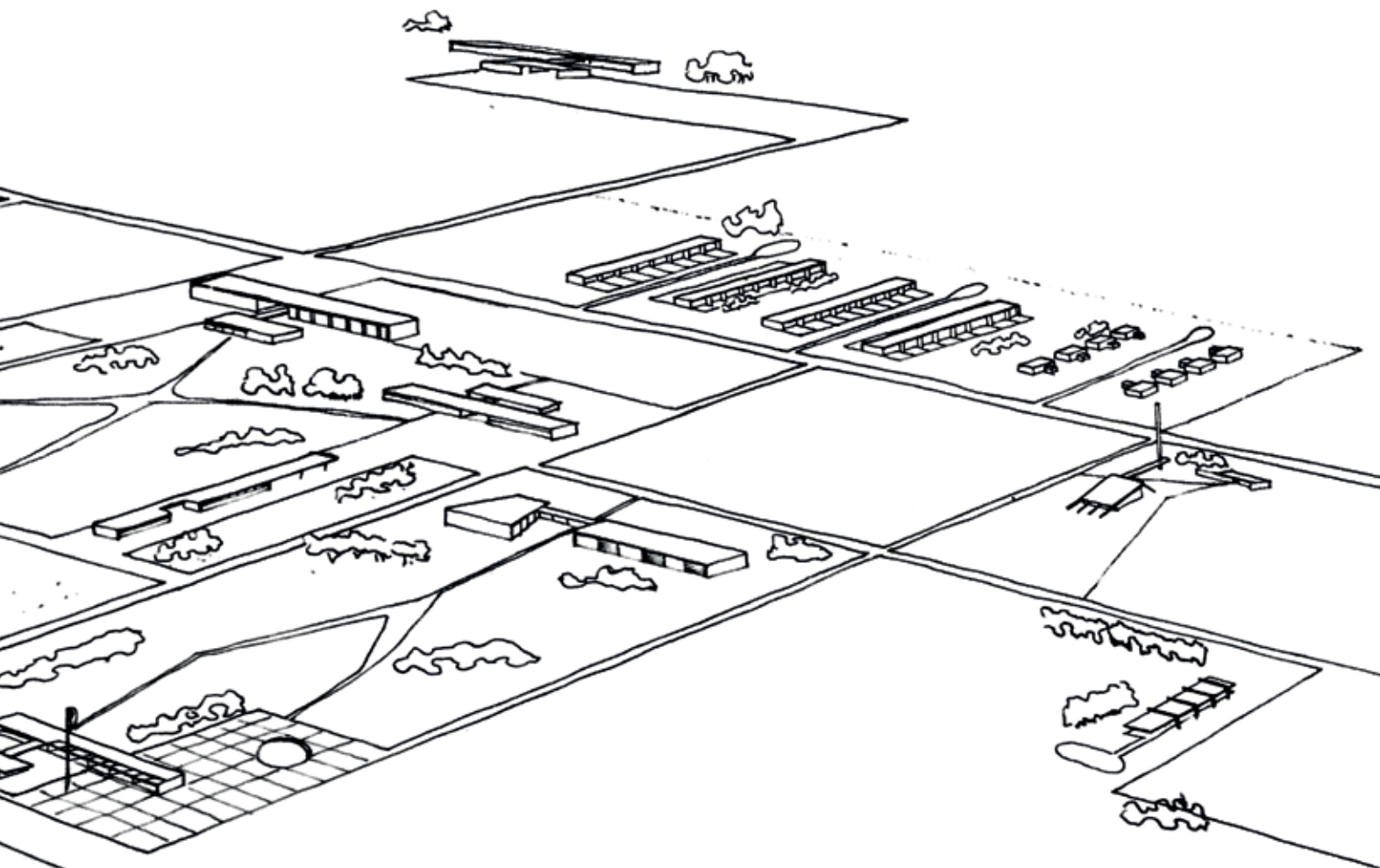
URBANISMO

MAIS DO QUE UMA CAPITAL DE MONUMENTOS

Documentos recém-descobertos revelam que a construção de Brasília e seu entorno poderia ter tomado outros caminhos

Diego Viana

Perspectiva de uma unidade rural: alguns dos documentos encontrados tratam de projetos de abastecimento de Brasília



Monumento ao modernismo arquitetônico, realização de um projeto político, cidade hostil aos pedestres. Há várias maneiras de classificar Brasília. Em quase todas, sobressai uma trinca de nomes indissociáveis da capital federal: os arquitetos Oscar Niemeyer (1907-2012) e Lucio Costa (1902-1998) e o presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976). Este último colocou todo o peso de seu capital político na construção da cidade, garantindo que a ideia se concretizasse. Costa foi o vencedor do concurso que escolheu o projeto para a região central de Brasília, o Plano Piloto. Niemeyer, por sua vez, concebeu muitas das construções que caracterizam a paisagem do centro administrativo do país. A história da rápida ocupação de um quadrilátero em pleno Cerrado contém novos detalhes e conflitos que começam a vir à luz. Recentes descobertas de documentos, em diferentes arquivos, permitem olhar de novas maneiras para a capital construída em tempo recorde no Planalto Central, entre 1957 e 1960. Mais de meio século depois de inaugurada, a metrópole passa por um amplo processo de reinterpretação e releitura, segundo a arquiteta Maria Fernanda Derntl, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB).

O material recém-encontrado é heterogêneo. Inclui pranchas com planos para vastos territórios do Distrito Federal (DF), guardados no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, e discretos esboços da praça dos Três Poderes, feitos por Niemeyer na folha de rosto de uma edição de *Guerra e paz*, do escritor russo Liev Tolstói (1828-1910). O livro foi localizado pelos arquitetos Rafael Urano Frajndlich, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e Alexandre Benoit, da faculdade de arquitetura paulistana Escola da Cidade, misturado a outros materiais de arquivo na biblioteca da Fundação Oscar Niemeyer, no Rio.

UNIDADES RURAIS

Os planos territoriais encontrados por Derntl revelam como o planejamento da nova capital ia além de seu lado monumental e seu centro famoso, o Plano Piloto. “Muitos documentos estão sendo encontrados no Arquivo Nacional. Eles tratam de projetos de abastecimento de Brasília, além de áreas industriais e cidades-satélites. É uma série numerosa de pranchas de grandes dimensões”, relata Derntl. “Em geral, pesquisas sobre a capital são feitas no arquivo da própria cidade, que é excelente e está com digitalização avançada. Mas havia uma parceria entre a Nova-

cap [Companhia Urbanizadora da Nova Capital, estatal responsável pela construção de Brasília] e o Conselho Coordenador do Abastecimento, subordinado diretamente ao governo federal. Os documentos a esse respeito ficaram no Rio.”

Derntl coordena o grupo de pesquisa Capital e Periferia, na FAU-UnB. Seu propósito é ampliar a atenção para além do Plano Piloto, que concentra a maior parte do interesse de historiadores e urbanistas. “Uma das principais críticas a Brasília, desde o início da construção, questionava a falta de planejamento regional: haveria o plano de Lúcio Costa para a área central, mas o resto do território não teria esse tipo de organização. As cidades-satélites são consideradas uma descaracterização do Plano Piloto. Mas essa não é toda a história”, afirma. “De fato, não havia um planejamento sistemático e metódico, com pessoas constantemente responsáveis por sua coordenação. Mas estamos achando uma série de planos que se combinavam e deixam clara uma verdadeira preocupação com o território.”

Além das cidades-satélites, chama a atenção o extenso planejamento para a produção agrícola que deveria abastecer a nova capital. Alinhados com as ideias de modernidade arquitetônica que caracterizaram a primeira metade do século XX, os planos para o DF previam que os alimentos

da metrópole nascente viessem de seu entorno imediato. Havia a expectativa de que um terço dos trabalhadores mobilizados para a construção, os chamados candangos, se instalassem nas zonas agrícolas do DF, dando início a uma ocupação permanente da região, até então parcialmente povoada.

“Desde a década de 1940, as comissões exploradoras enviadas ao Planalto Central já se preocupavam com a organização do território. No estatuto da Novacap consta que ela estava encarregada de um território mais amplo do que apenas o Plano Piloto. E o abastecimento era uma preocupação fundamental”, afirma Derntl. “Era corrente a ideia de fixar as pessoas no campo para evitar o excessivo crescimento urbano. Vemos nesses planos o conceito das comunidades rurais, com alguns desenhos que chegam ao nível do anteprojeto, com um certo grau de detalhamento. As comunidades do entorno de Brasília eram pensadas com loteamentos rurais ao seu redor.”

Havia também uma dimensão suplementar dos projetos para o DF, seja no Plano Piloto ou no entorno: seus criadores pretendiam que fossem o primeiro passo do planejamento territorial e urbano do futuro. “Havia um propósito modelar, para o Brasil inteiro, a partir da ideia de que era preciso romper com o passado e os

Operários trabalham na construção da cúpula do Senado Federal



Abaixo, trabalhadores em Brasília. Ao lado, JK (à esq.) com Lúcio Costa na única visita feita pelo arquiteto durante a construção da nova capital, em 1957. No registro de três anos depois, as primeiras moradias de Candangolândia



2



3



4

vícios das grandes cidades”, diz Derntl. “Era o modelo de uma nova civilização e os projetos mostram isso. As comunidades vinham com estruturas de apoio rural, beneficiamento dos alimentos, administração, mas também escola, biblioteca, igreja.”

A rápida construção de uma metrópole com grandes ambições arquitetônicas, que mobilizou milhares de trabalhadores e chamou a atenção da opinião pública mundial, ficaria associada à iniciativa individual de Kubitschek, que assumiu a Presidência em 1955 e conseguiu garantir que as obras fossem terminadas antes do fim de seu mandato, em 1960. Em 1975, o então ex-presidente publicou o livro *Por que construí Brasília* (Bloch Editores). Derntl chama a atenção para o tom quase profético da obra, em que Kubitschek se apresenta como portador de uma aspiração nacional que remontaria aos tempos do Brasil colônia, e da qual Niemeyer e Costa seriam “intérpretes”.

“Nas relações tradicionais entre os poderosos e seus arquitetos havia muita comunicação pessoal, como cartas. Mas no caso de Brasília praticamente não encontramos material assim”,

afirma Frajndlich. “Então tivemos que mudar as bases metodológicas do trabalho e usar fontes mais variadas. Recorremos muito, por exemplo, aos despachos e outros documentos oficiais de Niemeyer, Juscelino e da Novacap.” Segundo Frajndlich, o uso de fontes como os despachos, as notícias de jornal e até mesmo os esboços esquecidos de Niemeyer permitem “colocar em uma nova perspectiva a história das relações entre a arquitetura e o Estado”.

Um dos resultados é que a imagem de JK como alguém com poder quase autocrático sobre os destinos do canteiro de obras de Brasília é mitigada. “Foi necessária muita astúcia política para fazer valer os interesses do presidente. Foi muito difícil, por exemplo, aprovar a iniciativa no Congresso, em 1956. Também foi preciso criar uma autarquia, a Novacap. Durante a campanha presidencial, Juscelino tergiversava sobre o desejo de empreender a construção, mas, quando tomou a decisão de ir em frente, teve um grande trabalho, que mobilizou muitos atores políticos.”

Antes de trazer à tona a cidade de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, era preciso abandonar o projeto que já tinha sido realizado sob o comando do marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1885-1959). Pessoa comandava desde 1956 a Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital Federal,

sucessora da Comissão de Localização da Nova Capital, que o marechal também presidira, a partir de 1954. A mudança do centro político do país para o Planalto Central vinha sendo aventada desde a Primeira República: entre 1892 e 1896, duas expedições comandadas pelo engenheiro belga Louis Cruls (1848-1908) haviam explorado a região. A Constituição de 1946 reforçou a intenção de transferir a sede do poder, impondo um prazo de 60 dias para o início dos estudos. De fato, o presidente Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) instaurou nesse mesmo ano a comissão de localização, sob a batuta do general Djalma Polli Coelho (1892-1954), chefe do Serviço Geográfico do Exército. Foi a equipe de Pessoa que escolheu o ponto em que a cidade viria a ser construída, a partir do *Relatório técnico sobre a nova capital da República*, conhecido como *Relatório Belcher*, publicado em 1956 com base em estudos realizados nos dois anos anteriores e contratados pelo antecessor de Pessoa, o general Aguinaldo Caiado de Castro (1899-1963). O marechal também chegou a apresentar um plano urbano e até um nome para a cidade: “Vera Cruz”.

“O marechal era uma figura de prestígio, que organizou os preparativos da nova capital, montou o escritório das comissões e sabia quem queria chamar, começando pelo arquiteto franco-suíço Le Corbusier [1887-1965]. O material de arquivo permite entender melhor como os projetos de Pessoa foram sendo desmontados, aos poucos, pelos círculos ligados ao modernismo e, portanto, a Juscelino”, resume Frajndlich, acrescentando que os meados do século XX têm a particularidade de ser um momento da história em que os arquitetos dispunham de certa força política. “Havia cobertura de projetos arquitetônicos nos jornais, por exemplo. E isso reflete na maneira como a Brasília que conhecemos prevaleceu.”

A documentação sob análise também revela que, antes mesmo do projeto da nova capital, em obras como a do Hotel Tijuco, em Diamantina (cidade natal de Juscelino), e a do conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte, ambas em Minas Gerais, havia uma proximidade entre o grupo político de JK e os arquitetos mais atuantes do modernismo brasileiro, entre eles Niemeyer e Costa, mas também Affonso Reidy (1909-1964) e Roberto Burle Marx (1909-1994). “O que tem se revelado é que os círculos políticos de Juscelino e os círculos intelectuais, artísticos e arquitetônicos da época tinham pontos de contato. Havia uma comunicação indireta”, resume.

No caso de Diamantina, segundo Frajndlich, “pode-se perceber, através dos documentos, como o Iphan [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] dava forma aos desejos de

Juscelino, então governador de Minas Gerais, de modernizar e, ao mesmo tempo, manter a cidade conservada”. O pesquisador diz que os pequenos edifícios que Niemeyer projetou dentro do perímetro histórico expressam essa relação entre modernização e conservação.

MODERNO E TRADICIONAL

A relação entre preservação e modernização não vale para Brasília, erguida no quase vazio. As mais antigas cidades brasileiras são construídas em volta de uma praça com uma igreja. Já em Brasília, essa estrutura é rompida – a praça dos Três Poderes, coração do centro cívico, tem o Congresso, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto. O edital do concurso vencido por Lúcio Costa não previa uma igreja naquele espaço.

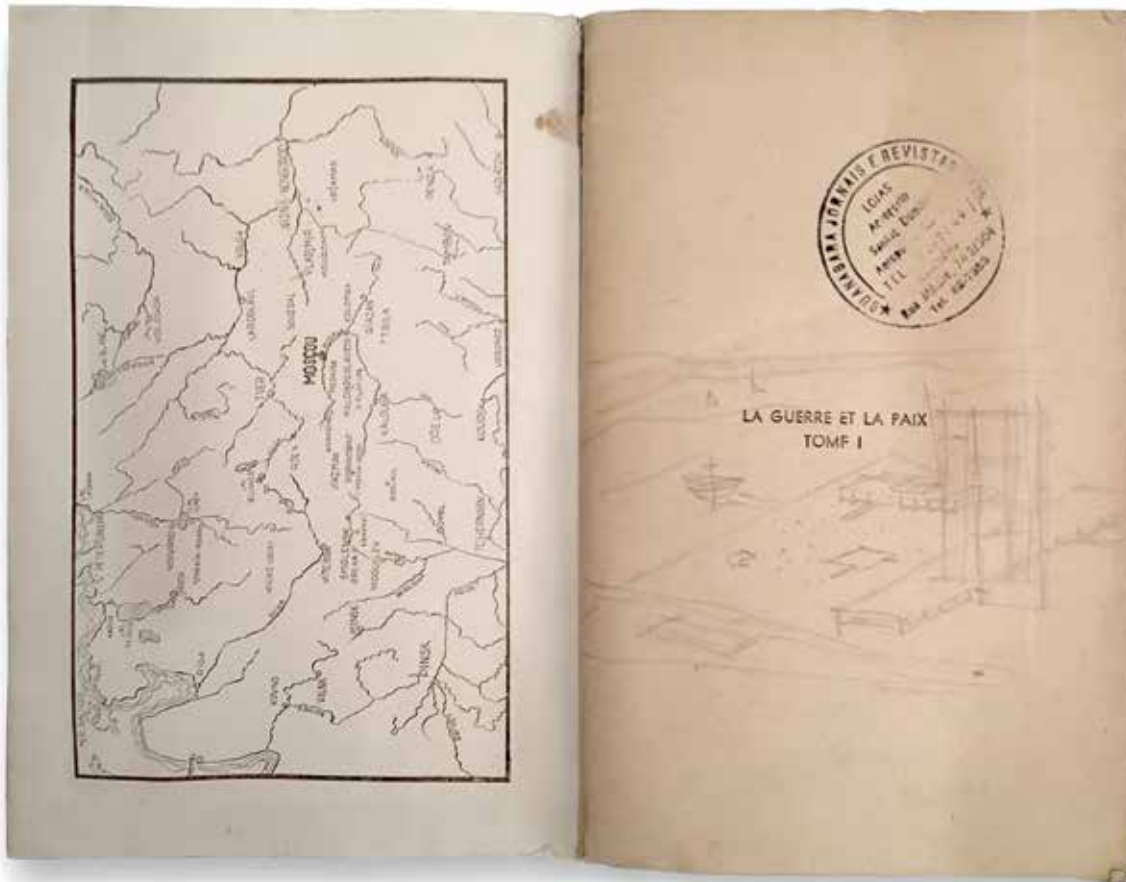
Entretanto, muito brevemente, nos esboços de Niemeyer, esse templo apareceu. Essa é uma das curiosidades dos desenhos preparatórios encontrados no volume de *Guerra e paz*. No interior da praça dos Três Poderes consta a figura de uma pequena igreja em formato de concha, que, em croquis de 1957, já não está mais presente. “Nunca vamos saber, ao certo, o quanto a intenção de fazer uma igreja ali foi séria”, comenta Frajndlich. “Lúcio Costa é enfático ao afirmar que a igreja deveria estar fora da praça dos Três Poderes, porque no Brasil a religião é separada do Estado. De fato, a catedral está no eixo monumental. Os projetos que não venceram tampouco colocam uma igreja na praça. Mas Niemeyer desenha essa capela. Desconfiamos de que possa haver desenhos mais desenvolvidos, mas ainda estamos procurando.”

Frajndlich estima que uma possível razão para incluir a igreja na praça seria um gesto não raro no modernismo, “algo pequeno, mas que mesmo assim representaria uma nova fundação”, diz o pesquisador da Unicamp. “Uma praça com igreja matriz no centro de Brasília seria como uma nova fundação do Brasil, assim como a igreja da Pampulha é uma certa refundação de Belo Horizonte”, compara.

DA APOLOGIA À CRÍTICA

A condição de marco da modernidade ou da modernização acompanha Brasília em toda a

A CONDIÇÃO DE MARCO DA MODERNIDADE OU DA MODERNIZAÇÃO ACOMPANHA BRASÍLIA EM TODA A SUA TRAJETÓRIA



Esboços da praça dos Três Poderes, feitos por Niemeyer na folha de rosto de uma edição de *Guerra e paz*, de Tolstói

sua trajetória, positivamente, mas também negativamente. Segundo Derntl, nas décadas de 1950 e 1960 a cidade suscitava um discurso com forte tom apologético. O Plano Piloto aparecia como o ápice da modernidade e seus criadores eram tratados como gênios sem par. Nos primeiros anos da ditadura militar (1964-1985), na expressão do historiador francês Laurent Vidal, a capital se tornou “tema tabu” para as ciências sociais, já que sua imagem ficou associada ao período de exceção.

A professora da UnB aponta que é possível matizar ambas as avaliações. Em 1960, alguns dos paradigmas modernistas encarnados em Brasília já apresentavam certo esgotamento, fazendo da nova metrópole brasileira algo como um “canto do cisne” de um período do modernismo. Quanto à genialidade de Costa e Niemeyer, Derntl indica que suas criações, embora dotadas de grande inventividade, eram norteadas por princípios compartilhados não apenas com os projetos que foram derrotados no concurso de 1956-57, mas também com algumas das ideias para Vera Cruz das comissões encabeçadas pelo marechal Pessoa.

Nos anos 1970, foram realizados estudos críticos à capital, trazendo à luz as contradições de sua construção. Nos anos 1980, na publicação em inglês do livro *A cidade modernista* (Cia. das Letras, 1993), de James Holston, Brasília aparece como árida, hostil ao pedestre e à escala humana. A nova cidade do Planalto Central se torna o símbolo dos excessos e equívocos de um modernismo que teria tentado fazer tábula rasa de tudo que havia sido acumulado.

De acordo com Derntl, a reinterpretação recente de Brasília se alimenta das pesquisas que, nas duas últimas décadas, ampliam o escopo de interesse para “incorporar a cidade vivenciada”. Estudos reunidos em um dossiê sobre a capital publicado pela revista *Urbana*, em 2018, examinam elementos da vida na metrópole por meio de linguagens como o grafite, a fotografia e o cinema. São reveladas realidades que ultrapassam a monumentalidade arquitetônica, graças à qual Brasília foi reconhecida como patrimônio cultural da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1987. “Hoje, conseguimos olhar para essa metrópole brasileira para além dos protagonistas da sua construção”, afirma a pesquisadora. ■

O projeto e os artigos científicos consultados para esta reportagem estão listados na versão on-line.